

O REAL MOSTEIRO DE SANTA
MARIA DE MACEIRA DÃO,
REFUNDAÇÃO “AO MODO ANTIGO”
OU SIMPLES
MUTAÇÃO DAS FORMAS?



Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

Mestrado em História da Arte

Seminário: “Arquitectura e Renascimento(s)”

Docente: Prof. Doutora Lurdes Craveiro

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2006

Índice

1. Objectivo	3
2. Apontamentos sobre o Renascimento em Portugal	4
3. Apontamentos sobre o Maneirismo em Portugal	5
4. Apontamentos sobre o Barroco em Portugal	5
5. Cister	6
6. Cister em Portugal.....	7
7. Os mosteiros de Cister.....	7
8. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.....	10
9. Comparação do Mosteiro de Maceira Dão com o plano ideal de mosteiro cisterciense	10
10. Análise da igreja em particular	14
10. No exterior.....	16
11. Fontes e Bibliografia.....	17
11.1. Fontes	17
11.1.1. Icononímicas	17
11.2. Bibliografia.....	17
11.2.1. Livros	17
11.2.2. Publicações periódicas.....	18
11.2.3. Artigos	18

O REAL MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO, REFUNDAÇÃO “AO MODO ANTIGO” OU SIMPLES MUTAÇÃO DAS FORMAS?

1. Objectivo

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão é um espaço que cativa e fascina. Se o estado a que chegou é o de uma ruína lamentável, por outro lado é a oportunidade única de sentir ainda o ambiente original, intocável. De facto sente-se ali, de uma forma quase física, as consequências trágicas da desamortização, naquele, e em tantos, e tantos, mosteiros e conventos do nosso País.

A análise do espaço, à primeira vista, fazia supor realmente uma refundação “ao modo antigo”, de uma forma continuada, primeiro maneirista, e depois barroca, apesar da permanência de partes de edificações medievais.

A dimensão, forma e carácter da igreja, em particular, tocaram-nos profundamente... Nada parecia corroborar a tese de todos os roteiros, e até de conceituados autores, de um pequeno e pobre mosteiro de Cister.

O que teria levado os monges a solicitarem uma alteração tão radical, e a utilização de uma forma elíptica tão original?

Depois, o estudo da Ordem de Cister, dos dogmas em que se baseava, da forma como viviam os monges... e a análise do organigrama interno do mosteiro, fizeram-nos suspeitar que toda a sua estrutura medieval ainda lá se mantinha, “encapotada”, pois de facto as semelhanças com o mosteiro teórico cisterciense eram muitas, e, quando havia desvio, existia uma razão óbvia que deveria ter estado, certamente, na mente de quem ergueu o Maceira Dão. Neste enquadramento, só a igreja permanecia um enigma...

A análise das plantas e alçados do mosteiro permitiram-nos, depois, sistematizar, de uma forma mais segura, as principais intervenções, isto é, as etapas mais marcantes, uma vez que as obras se foram prolongando de uma forma quase ininterrupta¹.

E assim, o mosteiro foi sendo “desmontado”, infelizmente, até ao momento, de uma forma quase exclusivamente mental, ou muito tosca, apesar das ferramentas informáticas que actualmente já possuímos permitirem fazê-lo de uma forma um pouco mais precisa.

¹ Gostaríamos de agradecer a todos quantos nos facultaram o acesso às peças desenhadas, nomeadamente, ao Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde, que nos forneceu as peças desenhadas que permitiram desde logo entender o espaço, aquando da visita, que gentilmente também acompanhou. À arquitecta Mariana Ferreira, pelo envio dos desenhos em formato digital, desenhos esses que haviam sido executados pelos arquitectos Ana Paula Nabais dos Santos e Vítor Manuel Correia Leite da Silva. Limitámo-nos a trabalhar essa base, havendo no entanto ainda muito por fazer, nomeadamente cortes.

E foi nesta última análise que nos apercebemos que, para a dimensão da igreja, não seria necessária uma tão grande espessura de paredes... daí até verificarmos, numa forma expedita, os alinhamentos foi um passo... e até aplicarmos a teoria do Prof. Kruger da “montagem” da igreja típica cisterciense foi outro... E, de facto, tudo parece indicar no sentido da igreja elíptica ter utilizado parte das paredes numa sua antecessora, esta completamente dentro dos cânones de Cister: uma igreja monoaxial rectangular com as proporções de Fontenay, Santes Creus, Beaumont, Fossanova e Poblet, e que, segundo Mário Kruger são as que melhor caracterizam os princípios da Ordem de Cister!...

Assim a verificação sobre se se tratava de uma refundação “ao modo antigo”, ou de uma simples mutação das formas, teve a sua verdadeira “prova de fogo” na igreja, pois em todo o restante espaço admitir a simples mutação das formas foi bastante simples, e estávamos, desde o início, bastante inclinados para esta hipótese.

Temos, no entanto de referir que nos alertaram para os erros nas dimensões das peças desenhadas poderem ser bastante grandes, devido à inacessibilidade do espaço.

Ou seja, mesmo que tenhamos dado as “pistas”, elas terão sempre de ser confirmadas por uma pesquisa arqueológica, apesar de, assim, essa pesquisa poder ser muito mais direccionada, e, conseqüentemente, muito mais económica.

A metodologia que seguiremos para a apresentação deste apontamento do tema, segue a sequência do raciocínio feito até ao momento, numa sequência de breves “flashes” direccionados para o nosso objectivo último.

2. Apontamentos sobre o Renascimento em Portugal

Em Portugal são visíveis elementos já renascentistas em igrejas do gótico final (manuelino), mas também existem soluções góticas em templos até da segunda metade do séc. XVI, apesar de neste caso a maior parte das vezes os elementos serem mais decorativos do que funcionais².

No interior norte, a partir dos primeiros decénios do séc. XVI, mestres galegos e biscainhos foram introduzindo uma nova gramática decorativa, já renascentista pelos motivos, mas de ascendente plateresco na articulação das formas e volumes³.

Com D. João III aparece o que se pode chamar o 2º renascimento em Portugal, impregnado de valores humanistas. Pioneiros na divulgação do novo gosto, foram, antes da corte certos príncipes da Igreja que efectuavam frequentes deslocações a Itália, e também algumas figuras da alta nobreza⁴.

² MARKL, DAGOBERTO, *História da arte em Portugal. O renascimento*, volume 6, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, p.31.

³ Idem, p.38 e 40.

⁴ Idem, p.40.

O mais antigo edifício renascentista em Portugal poderá ser considerada a Igreja Velha de S. João da Foz, no Porto, concluída em 1546⁵.

3. Apontamentos sobre o Maneirismo em Portugal

A conjuntura artística de meados do séc. XVI é inteiramente dominada pelos valores renascentistas, despontando por essa altura uma acentuada tendência para o maneirismo⁶.

Em meados do séc. XVI alguns mestres passam à pedra as lições dos manuais como o de Diogo Sagredo de 1526 (edições portuguesas de 1541 e 1542), ou os de Sérlio a partir de 1540, ou os de Vitruvio, Frontinus e Alberti, mandados traduzir por D. João III, que deram suporte a uma nova geração de arquitectos praticantes de um classicismo matematicamente rigoroso, por vezes até especulativo, erradicador do ornamento superficial em nome de uma dinâmica espacial e mural exclusivamente baseada em elementos arquitectónicos⁷.

Consumou-se assim transição para o maneirismo durante o último quartel de quinhentos⁸, e não há dúvidas que a ornamentação do claustro de Maceira Dão se enquadra na ambiência desta época.

4. Apontamentos sobre o Barroco em Portugal

A visualização de uma coluna que nos pareceu salomónica, entaipada numa parede do mosteiro remeteu-nos para um breve estudo desta tipologia: as mais antigas colunas salomónicas conhecidas no ocidente são as da basílica de S. Pedro no Vaticano. Têm o fuste torcido ou espiralado dividido em quatro zonas, sendo a primeira e terceira caneladas, e a segunda e quarta decoradas com parras e *putti* (séc. II e III, vindas do Império romano do oriente). Durante a idade média alimentou-se a lenda de terem pertencido ao Templo de Salomão, em Jerusalém, tendo servido de encosto a Jesus enquanto pregava⁹.

Assim, estas colunas acabaram por se impor como um dos temas mais significativos da plástica do barroco. Implicavam a ideia de continuidade entre o templo da antiga lei e a Igreja de Roma, entre a igreja primitiva e a católica, implicavam a ideia do triunfo desta sobre todos os outros credos religiosos¹⁰.

Num primeiro momento, a partir dos meados do século XV, o desenho de uma delas de Francisco da Holanda, interessou de sobremaneira aos espíritos humanistas.

⁵ Idem, p.41.

⁶ Idem, p.48.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ *A capela do desterro de Alcobaça: estilo, narração e simbolismo*, (Luís de Moura Sobral), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.410-411.

¹⁰ Idem, p.411.

Depois em meados do séc. XVI, surge outra variante no tratado de Vignola de 1562 (*Regole delli Cinque Ordini d Architettura*)¹¹.

Permanece a interrogação sobre o que levaria alguém a entaipar uma coluna deste tipo, e naquele local. Não faz, igualmente, muito sentido pensar que poderia ser contemporânea da igreja barroca, pois normalmente só se entaipam os elementos “já fora de moda”, inutilizáveis. Estranho também é o local onde ela se encontra, não muito lógico para a “saúde estrutural” daquele canto da parede.

5. Cister

O estudo da arquitectura e escultura cisterciense deve ser equacionado e analisado de acordo com as ideias de São Bernardo sobre a arte¹².

O mosteiro é o horizonte de todo o monge, espaço simples, pobre, despojado, propício ao recolhimento e oração, o local da arte espiritual¹³.

S. Bernardo criticava todos os luxos materiais, as imensas construções, os “sumptuosos polimentos, ornamentações e curiosas pinturas”, e tudo o que poderia servir para distrair os monges ou, mais perigoso, imitar o gosto de judeus e idólatras¹⁴.

A escultura preconizada seria a não escultura e a ausência de toda a representação, e apesar dos Capítulos Gerais de Cister de 1134, 1213, e 1251 terem interdito toda a representação figurativa em esculturas e pinturas, observam-se, para além dos capitéis completamente lisos, também alguns esculpidos cujo tema é a flora, mas só as folhas, uma vez que S. Bernardo considerava a Natureza como a manifestação da eterna beleza divina, conjugada com a perfeição das proporções musicais, do silêncio e da luz¹⁵.

Em termos formais são diversas as tipologias de capitéis cistercienses, mas todas com o objectivo de satisfazer as exigências de simplicidade. Em termos simbólicos os capitéis deviam ser vistos como o espelho da Natureza, das plantas, da própria criação divina, numa reminiscência do Éden¹⁶.

¹¹ Ibidem.

¹² *Os capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aspectos estéticos, plásticos e funcionais*, (Eduardo Duarte), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.359.

¹³ Idem, p.360.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Idem, p.360-361.

¹⁶ Idem, p.361.

6. Cister em Portugal

São poucas, e confusas, as referências documentais à introdução da ordem cisterciense em Portugal. É no entanto comumente aceite que as primeiras comunidades, quer Tarouca, quer Salzedas, eram filiações de anteriores comunidades monásticas, e não de raiz¹⁷.

De facto, até se verifica que, grande parte das comunidades cistercienses, tinham sido anteriormente beneditinas (até porque segundo as normas arquitectónicas de Cister mantinha-se válida a estrutura do mosteiro beneditino¹⁸), nomeadamente isso aconteceu em Santa Maria de Maceira Dão (1188). De referir, igualmente, e com datação do momento em que se tornaram cistercienses, São João de Tarouca (1142-44), Santa Maria de Salzedas (1150) e São Pedro das Águias (1170), devido a algumas semelhanças que referiremos posteriormente.

Os meados de séc. XV constituíram um ponto alto na vida dos mosteiros cistercienses. E a segunda metade já uma fase de decadência, devido às sucessivas crises económicas e sociais, mas sobretudo à entrada dos comendatários no seu governo¹⁹.

Mais tarde, culminando o período de crise grave, marcada pelo desgoverno e abandono de inúmeros mosteiros, o séc. XVI foi, quanto à Ordem de Cister, um século de profundas mudanças, iniciadas já com D. Manuel, e implementadas com a criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo, em 1567, por iniciativa do cardeal D. Henrique²⁰.

Maceira Dão era “abadia-filha” de Alcobaça²¹, servindo inclusivamente de “estância de férias” para os seus monges²².

7. Os mosteiros de Cister

O local era escolhido tendo em atenção a topografia, o isolamento em relação a núcleos habitados, o fácil acesso a bons terrenos agrícolas (para exploração directa por parte dos monges, pelo menos numa primeira fase) e com recursos hídricos de fácil captação²³.

¹⁷ *Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca)*, (Miguel Areosa Rodrigues), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.507.

¹⁸ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.127.

¹⁹ *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares: aproximação à evolução arqueológica do edificado pós-medieval*, (Luís Fernando de Oliveira Fontes), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.529.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *O Mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas*, (Maria Alegria Fernandes Marques), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.75.

²² Informação do Dr. João Fonseca, que muito agradecemos.

²³ *Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca)*, (Miguel Areosa Rodrigues), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de

Se a localização era a conveniente, mas o espaço do edifício pré-existente deficiente para albergar uma comunidade acrescida, e inadequado às exigências da nova “práxis”, pouco tempo depois, os religiosos iniciavam a construção de um novo edifício, sendo a igreja normalmente a primeira preocupação construtiva.

E a cozinha ocupava uma posição estratégica em relação ao abastecimento de água ao mosteiro.

Se a filiação de comunidades monásticas ou eremíticas pré-existent para a formação de novos mosteiros era habitual, também parece ser frequente o local de implantação das novas comunidades ser distinto do anterior, procurando adaptar-se melhor às exigências e preceitos da nova regra²⁴.

Os monges deveriam viver em harmonia sob uma só caridade, uma regra única e costumes semelhantes. Sendo assim, para além de toda a estrutura orgânica de funcionamento da Ordem, a observância da regra de S. Bento, a vivência dos mesmos usos e costumes e o seguimento da mesma liturgia em todas as abadias terão prescrito uma uniformidade indiscutível à planimetria monástica cisterciense²⁵. O plano Bernardino para a igreja configurava a cruz latina²⁶. A cobertura em abóbada de berço coadunando-se com o fecho recto das capelas da cabeceira e a sua aplicação articulada²⁷.

Nota-se sempre a influência de Claraval na construção dos mosteiros e igrejas cistercienses, apesar dos nossos arquitectos disporem de alguma liberdade²⁸.

Existe, assim, um modelo de abadia cisterciense. Por vezes a planta poderá ser invertida por razões técnicas relacionadas com a natureza do terreno.

Quanto aos materiais e técnicas construtivas, na época medieval as paredes são solidamente alicerçadas em muros/sapatas de alvenaria de blocos graníticos, mais largo que a parede cerca de 30-45 cm para cada lado. O alicerçamento é por vezes reforçado, nos alçados exteriores, pela construção escalada das fiadas inferiores²⁹.

Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.507 e 512.

²⁴ Idem, p.509.

²⁵ *O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar*, (Ana Fátima Pagará), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.643.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem

²⁸ *Intervenção arqueológica na ala norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI*, (Ana Nunes), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.524.

²⁹ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.130.

As paredes, espessas, apresentam um excelente aparelho formado por silhares de granito de afloramentos próximos, bem aparelhados, com miolo preenchido por argamassa de saibro e cascalho³⁰.

A pedra era o material de construção por excelência para os cistercienses, uma vez que era proibida a ostentação mas recomendadas a claridade, limpeza e durabilidade. Assim a atenção concentrou-se no seu corte, ligações e proporções dos espaços. Todos os edifícios eram construídos com pedra clara, e de pedra eram o chão, as paredes, as abóbadas e os vãos³¹.

Quanto às siglas na pedra, encontramos em Maceira Dão uma que se repete mais profusamente: um báculo. Ora, sabe-se que uma das relíquias mais célebres de Cister era o báculo de Santo Estêvão, terceiro abade da Ordem, feito de “pau, tosco e rude”³². Seria a marca dos construtores da Ordem? Siglas atribuíveis a canteiros monges ou conversos, contrariando a ideia de que as siglas serviriam unicamente como forma de permitir o ajuste de um trabalho? E corroboraria em parte a lenda de serem os monges cistercienses os construtores dos seus mosteiros (só em parte, pois não o eram pelo menos em exclusivo)? De facto, os cistercienses foram os primeiros a afirmar que a construção de novos cenóbios era tarefa exclusiva dos monges³³.

É de facto inegável que, em muitos casos, o autor do risco, ou mesmo o mestre pedreiro, fosse um monge, o que permite, até, explicar a expansão do denominado plano típico cisterciense, e, em particular, a expansão do plano Bernardino por toda a Europa³⁴.

Posteriormente, ao período medieval, os padrões técnico-construtivos acusam uma significativa perda de qualidade nos sécs. XVII e XVIII, levantando-se paredes em alvenaria de blocos poligonais, simplesmente faceados, com cascalho nas juntas. As faces das paredes deixaram, por isso, de se apresentar nuas, rematando-se agora com revestimentos de argamassas, mais grosseiras no exterior e mais finas no interior dos compartimentos. Os pavimentos mantiveram-se, quase sempre, em lajes de granito³⁵.

No séc. XVIII, as preocupações orientaram-se sobretudo para os aspectos decorativos, como evidenciam, em Maceira Dão, as fachadas da igreja e do mosteiro viradas para o terreiro público. No interior, a decoração parece ter sido mais contida neste período.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² *Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna*, (José Fernandes Pereira), “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.236.

³³ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.129.

³⁴ *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros*, (Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.549.

³⁵ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.130.

8. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

Primeiro beneditino em Moimenta do Dão (1139?), cisterciense a partir de 1157, muda-se para Maceira em 1168.

A **torre** é medieval, do séc. XII. Românica.

Foram levadas a efeito obras em **1503**, que não alteraram muito o aspecto da casa monacal.

Em 1613 já estaria concluída a construção da **portaria** do convento. Nota-se que se tratou de um acrescento, pela forma de inserção em planta, respeitando os antigos cunhais; e pela dificuldade na resolução da cobertura³⁶.

O **mosteiro** aparentemente é do séc. XVII (1613-1632-1700)³⁷. Maneirista.

A **igreja** é dos finais da primeira metade do séc. XVIII (1744-1779). Barroca. Os mestres pedreiros eram do Minho: João Ribeiro Alvres, João Martins, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro³⁸. Teria sido construída de acordo com uma planta que existia previamente, à qual se faz referência no documento de arrematação das obras. Essa planta, bem como a dos outros edifícios conventuais, teria sido elaborada ainda no séc. XVII. Desconhece-se, no entanto, o seu autor³⁹.

O retábulo e tribuna da capela-mor foram executados por José da Fonseca Ribeiro, de Pinhanços de Seia. Um dos retábulos está agora na igreja do antigo Recolhimento de N.S. da Conceição em Mangualde, bem como uma tela da Sagrada Família. O retábulo da capela-mor está agora na igreja de Fragosela (Viseu).

9. Comparação do Mosteiro de Maceira Dão com o plano ideal de mosteiro cisterciense

- A **localização** está de acordo com as regras de Cister: num vale, próximo ou sobre um pequeno rio ou riacho.
- A **ordem dos elementos principais** está de acordo com as regras de Cister: igreja a norte e claustro a sul.
- A **igreja** primitiva parece estar de acordo com as regras e tipo cisterciense: exclusiva para os monges, sem espaço para o povo e peregrinos (existia no entanto uma ante-sala para os hóspedes do mosteiro), o que originava a não existência, na origem, de portal amplo na fachada oeste. Ainda através da aplicação do método do Prof. Kruger, verificamos a existência, igualmente, de um pequeno coro rectangular, também de acordo com a exigência

³⁶ Informação retirada do arquivo da D.G.E.M.N..

³⁷ ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992, p.14.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Informação tirada do arquivo da D.G.E.M.N..

de São Bernardo, bem como quatro capelas na nave transversal (normalmente eram quatro ou seis), nas quais os monges podiam celebrar missas privadas⁴⁰. Privilegiava-se a **zona da cabeceira da igreja**, para a celebração do ofício divino, e a sala do capítulo para a vida da comunidade⁴¹.

- Espaço de **passagem dos monges para a igreja**: pela análise das plantas, ter-se-ão verificado ambas, a “institucional” a partir do coro, e outra a partir do dormitório.

-A **torre** medieval, a nascente, é a estrutura mais antiga do mosteiro, remontando, talvez ao período da fundação do mosteiro neste local. Ao nível do solo abrem-se duas portas, uma rectangular, e outra de arco de volta inteira, com seis aduelas. O primeiro andar dispõe de duas janelas quadrangulares de arestas chanfradas, e no último piso abrem-se três janelas, uma semelhante às do primeiro andar, e as outras duas de arco abatido. Encostada à parede de poente da torre, encontra-se uma estreita escadaria através da qual se acede ao primeiro andar da torre⁴².

-A ampliação da antiga ala dos monges (a nascente), de modo a permitir a comunicação do espaço medieval com o novo dormitório, levou à formação de um novo **espaço, que não se pode chamar claustal, mas intersticial**.

-**Claustro** de planta quadrada (muito semelhante ao claustro do Mosteiro de São Pedro das Águias⁴³), onde o silêncio era absoluto. O **claustro** é de arcarias sóbrias assentes em colunas prismáticas, almofadadas. Cada lado possui cinco arcos de volta inteira assentes sobre seis pilares quadrados terminados por entablamento ligeiramente saliente suportando os arcos. Na parte superior, sobre o friso que limita os arcos rasgam-se portadas de varandas. Todo o rodapé do claustro foi outrora recoberto de azulejaria azul e branca, da qual ainda existem vestígios. Há aqui três portas dignas de menção: a da Sala do Capítulo, a que acede ao piso superior dos dormitórios, e a que conduzia à sacristia e igreja. A última foi encaixada num portal gótico no séc. XVII.

O claustro medieval teria um só piso? Por cima um sobreclaustro com pavimento com vigamento de madeira e soalhos, assim como tectos de abóbadas de caixotões, também em madeira, para onde abriam os dormitórios, e posteriormente as celas. Cada alçado possui três

⁴⁰ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.133.

⁴¹ *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros*, (Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.547.

⁴² Informação tirada do arquivo da D.G.E.M.N..

⁴³ *Mosteiro de São Pedro das Águias*, (Maria Margarida Oliveira e Jean Pierre Porcher), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.677.

janelas de sacada com pequena varanda. Revestimento parietal em azulejos ou estuques, dominados pela temática decorativa do enxaquetado azul e branco.

Ao centro um pequeno tanque quadrado, também de acordo com ao preceitos de Cister. A fachada repetitivamente fenestrada, liga o conjunto através de cornijas salientes que correm sobre todos os edifícios.

- Pequena **sacristia**: está claramente apontada na planta, no mesmo ponto, mas, agora, aparentemente sem ligação à igreja, mas que antes comunicava directamente com a capela-mor. Seria uma situação fácil de pesquisar.

- **Biblioteca/armarium**, que não estava próxima da igreja, mas a que se acedia directamente do claustro: está também claramente apontada na planta, no mesmo ponto. Esta não seria, no entanto, a sala de trabalho dos monges, que se deve ter mantido na torre por uma questão de insolação.

- **Sala capitular**: bem implantada relativamente ao claustro, mas não na continuação da sacristia. Tinha um portal e duas janelas para o claustro, como habitual, para em certas ocasiões permitir a participação dos conversos. Dispunha de um lambril de azulejos, pois os monges sentavam-se ao longo das paredes. A sala do capítulo, conforme a tradição das fachadas capitulares cistercienses, dispunha de porta da entrada e de duas janelas laterais para que os conversos pudessem assistir aos actos em dias de festa. Em Maceira, as janelas foram entaipadas, para adequação à linguagem estética setecentista do claustro, e transformada após a extinção das ordens religiosas, em adega, por particulares (à semelhança da sala do capítulo do Mosteiro de Salzedas⁴⁴). E tal como em Salzedas, após a desamortização, documentos houve que foram transferidos para Viseu, onde sofreram um incêndio em 1841.

- **Escada para o dormitório**: bem posicionada ao lado da sala do capítulo. Quanto ao dormitório, só a partir do séc. XVI os cistercienses passaram a dispor de celas individuais para cada monge⁴⁵.

-**Auditório do prior**: corresponde ao espaço que comunica directamente como exterior através de escadaria, onde os monges entravam um de cada vez, e ali recebiam o trabalho do dia e as ferramentas, e através da porta traseira alcançavam directamente as hortas a Este do mosteiro.

- **Ligação igreja-claustro**: a primitiva comunicação da igreja com o claustro, centro organizador das funções monásticas, processava-se por uma porta desprovida de

⁴⁴ *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, (Lígia Inês Gambini e João Nuno Mendonça Soares), "Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça", volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.293.

⁴⁵ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.152.

ornamentação, rasgada no muro da nave, disposta em correspondência com outra semelhante que no flanco oposto se abria ao espaço cemiterial.

- **Refeitório/lavabo:** não está na posição habitual, perpendicular ao claustro, mas unicamente contíguo à cozinha e lavabo do claustro. Situa-se a poente, com boas condições de luz.

-A **fonte conventual** é de três bicas.

De notar que os monges tinham de lavar as mãos antes de entrar no refeitório. E diariamente tinham de lavar a cabeça⁴⁶.

- **Calefactorio:** único ponto aquecido do mosteiro, onde os monges se podiam secar depois da chuva, preparar pergaminhos e tintas, e até cortar o cabelo e a barba⁴⁷. O local proposto, próximo do que nos parecia ser a sala dos monges, cumpre os requisitos, até de proximidade à água do lavabo.

- **Cozinha:** no local abastecido de água, com ligação fácil ao refeitório dos monges e ao dos conversos, e acessibilidade exterior, portanto dentro da regra.

-No piso térreo **tulhas, lagares e adega.**

-No andar superior a **biblioteca**, e os **aposentos do abade**. No entanto pensamos que, em Maceira Dão, a biblioteca, se manteve na “torre”.

Em conclusão, as diferenças relativamente à planta ideal parecem derivar de três factores: posicionamento da linha de água, pré-existências e número reduzido de monges e conversos. No entanto **poder-se-á integrar todo o esquema funcional em Cister, bem como o espacial**, apesar de não haver o “encosto” habitual do claustro à igreja. Para esta integração em Cister, muito contribuiu a possibilidade da análise à luz da planta da igreja medieval, uma vez que esta se inseria no esquema base de igreja monoaxial de Cister, e consequentemente tínhamos praticamente o modelo teórico de mosteiro, na totalidade.

Os cistercienses tinham em especial atenção: à **luz**, adequando-a aos espaços, às **proporções**, que deviam estar de acordo com os cânones, quer da Ordem, quer mesmo clássicos, ao **som**, uma vez que cantavam pelo menos quatro horas por dia.

Assim, nunca poderia estar o valor patrimonial da arquitectura de Cister na época moderna, unicamente a perda de alguma unidade aparente. Prova, no entanto, por outro lado, uma fantástica capacidade de adaptação e metamorfose.

Desta forma, não é fácil decidir sobre se Maceira Dão é um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, ou um monumento que se foi construindo através dos séculos. Tem uma unidade de forma, de base, mas é estilisticamente heterogéneo, patenteando a tal capacidade de adaptação.

⁴⁶ Idem, p.136.

⁴⁷ Ibidem.

Em Maceira Dão identificam-se todos os espaços necessários à vida da comunidade.

Os preceitos de clausura e auto-suficiência que orientavam a Ordem, estão bem patentes no fechamento do edificado sobre si próprio, em torno do claustro, e, acrescentando os muros de vedação da cerca, são inteiramente cumpridos em Maceira-Dão.

10. Análise da igreja em particular

Nas fachadas do mosteiro, as pedras aparelhadas de granito rijo correm em fiadas até à cornija bem saliente e lavrada, coroada nos cantos por pináculos, terminados por esferas. Nas paredes exteriores do edifício rasgam-se, em toda a extensão dos pisos inferior e superior, janelas de verga rectangular.

É na fachada principal da igreja que se concentra a maior parte dos ornamentos que o edifício ostenta, remetendo-nos para um barroco muito depurado, diferente do que era comum na época, no norte do País, contrastando, nomeadamente com o que se passa na Capela de N. S. da Cabeça (de que falaremos à frente) construída sensivelmente no mesmo período⁴⁸.

O orago da **igreja** era Nossa Senhora da Assunção, como era habitual nos mosteiros cistercienses.

A forma do corpo da igreja é um tronco de cilindro do qual se destaca uma esguia torre sineira de quatro ventanas.

Dominando a entrada, as armas reais, e dos lados, sobre a longa janela gradeada existem ainda três nichos, sem imagens (S. Bento, S. Bernardo, N. S. Assunção?).

Internamente o templo é de forma elíptica, já sem o lajeado no pavimento.

Na igreja pensamos que a intervenção terá então sido baseada no princípio da “caixa” dentro da “caixa” (como em Salzedas⁴⁹), envolvendo a estrutura medieval com uma nova “pele”, decorrente de alterações litúrgicas e ao gosto da época, e conciliando a igreja medieval com a barroca.

De notar a invulgar espessura das paredes e alguns alinhamentos.

De realçar a possibilidade de diferença de níveis na igreja, que poderia subir progressivamente de cota, num percurso ascensional, em que a última etapa era a cabeceira. O pavimento primitivo articular-se-ia em degraus num simbólico percurso ascensional, que depois foi regularizado?

A torre que foi durante algum tempo evitada pelos cistercienses, faria já parte da igreja medieval?

⁴⁸ Informação retirada do arquivo da D.G.E.M.N..

⁴⁹ *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, (Lígia Inês Gambini e João Nuno Mendonça Soares), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.290.

Supondo a teoria da caixa sobre a caixa resolvemos tentar encontrar a primitiva igreja medieval. Para isso, tal como já referimos anteriormente, socorremo-nos da teoria sobre a “**gramática da forma das igrejas cistercienses**” de Mário Kruger.

Esta gramática é definida por regras que se aplicam sobre um conjunto finito de linhas colocadas num referencial cartesiano, e que permitem, através das formas antecedentes e consequentes, gerar as plantas das igrejas cistercienses.

Existem grupos de regras de transformação que apresentam a seguinte sequência: divisão do volume principal, soma do volume do transepto, divisão em naves; divisão das naves em tramos, definição do transepto, soma do volume da cabeceira; desenho de pilares e pilastras; desenho de contrafortes exteriores; realinhamento de paredes e espaços auxiliares; desenho de portas, janelas e nichos; desenho de escadas e finalmente, término das transformações⁵⁰.

Este autor refere depois que “os princípios ou regras unificadoras que caracterizam as igrejas cistercienses medievais como pertencentes a uma mesma “família” estão claramente expressos na definição dos tipos uniaxial e biaxial, que fornecem indicações rigorosas para a sua forma.

O tipo uniaxial é caracterizado por ter o transepto assimétrico e a cabeceira rectangular, o biaxial tem o transepto simétrico e a cabeceira semi-circular com deambulatório e capelas radiantes⁵¹.

E de facto encontramos, em Maceira Dão, uma igreja monoaxial rectangular, à semelhança de Fontenay, Santes Creus, Bonmont, Fossanova e Poblet, e que, segundo o autor, são as que melhor caracterizam os princípios da Ordem de Cister, sendo a biaxial uma evolução da monoaxial⁵².

De referir, em particular que, em toda a Idade Média e Renascimento, nunca se alterou ou tentou alterar o número ou disposição das dependências em torno do claustro, mantiveram-se invariáveis: igreja, sala capitular, sala de monges, refeitório e casa de conversos, auditório, calefactorio, cozinha e fonte conventual. **Nem as proporções sofreram qualquer variação: só evoluíram as formas**, até porque Cister incentivava os esforços criadores⁵³.

Maceira Dão, é com a sua original igreja, construída (ao que pensamos) sobre a medieval, um exemplo claro de mutação unicamente das formas. Não podemos concordar assim com José Fernandes Pereira em se tratar de uma refundação, mas unicamente com a afirmação de que a

⁵⁰ *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309.

⁵¹ *Idem*, p.310.

⁵² *Idem*, p.321 e 323.

⁵³ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.145-146.

planta da igreja é pouco frequente em Portugal: elipse articulada com uma capela-mor rectangular, qualificando um espaço unificado, numa solução semelhante à Igreja dos Clérigos⁵⁴. Já não podemos concordar, de todo, com Manuel Luís Real que cita Maceira Dão como o exemplo de um edifício pequeno e mal construído⁵⁵.

10. No exterior

Os monges transformaram o caos da natureza em **paisagem**, com a construção do complexo monástico e com a actividade agrícola que desenvolveram nas margens do Dão (Om) e nas encostas do vale.

Um caminho medieval, de lajedo largo, galga uma ponte que lhe é coeva.

A norte/nascente do edifício estende-se, em terreno com acentuada inclinação, o espaço destinado ao recreio dos monges.

Aí situam-se a Casa de Fresco e a Igreja de Nossa Senhora da Cabeça (esta muito parecida com a capela de Santa Umbelina do Mosteiro de São João de Tarouca), onde os frades iam celebrar missa todos os Sábados.

O sítio cisterciense exige uma metodologia muito própria de conservação: qualquer intervenção deve ter em conta questões particulares que o caracterizam como é o caso, por exemplo, da relação entre a rede hidrográfica local e o complexo monástico, e que devem ser tomadas como realidades para a preservação da verdade do monumento.

Assim, o que se deve preservar não são apenas as construções de grande qualidade, até com soluções construtivas inéditas no espaço nacional, mas também toda a ambiência criada à volta do mosteiro, pois a escolha do sítio cisterciense é um acto criterioso (segundo a regra cisterciense cada convento deveria ser auto-suficiente) e constitui um dado cultural e histórico que o torna indissociável da arquitectura e parte integrante do conjunto patrimonial.

Em rigor até se deveria incluir Vila Garcia, pequeno aglomerado populacional, no alto da encosta, que se formou e desenvolveu à sombra do mosteiro, principalmente nos sécs. XVIII e XIX, vivendo a população praticamente na dependência directa dos monges, não só através do trabalho na exploração agrícola das suas terras, como também na recolha dos frutos da sua caridade.

⁵⁴ *Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna*, (José Fernandes Pereira), “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.251.

⁵⁵ *A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média*, (Manuel Luís Real), “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.77.

11. Fontes e Bibliografia

11.1. Fontes

11.1.1. Icononímicas

Peças desenhadas fornecidas pelo Sr. Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde.

Desenhos de levantamento, em formato digital, executados pelos arquitectos Ana Paula Nabais dos Santos e Vítor Manuel Correia Leite da Silva, posteriormente trabalhados pela autora.

11.2. Bibliografia

11.2.1. Livros

ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

ANTÓN Capitel, *La arquitectura del pátio*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA, , 2005.

Arte de Cister em Portugal e Galiza, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A. , 1974.

COCHERIL, Frei Maur de, *Cister em Portugal*, Tradução de Jorge de Sampaio, s/l, Edições Panorama, 1965.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, Coimbra, FLUC, 2002.

HAUPT, Albrecht, *A arquitectura do renascimento em Portugal. Do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

La renaissance. Beaux -arts, Bibliothèque de la Gazette des Beaux-Arts, Paris, J. Rouam et Compagnie, éditeurs, s/d.

Teoria da Arquitectura. Do renascimento aos nossos dias, Colónia, Taschen, 2003.

11.2.2. Publicações periódicas

Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça, volume I, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

MARKL, DAGOBERTO, *História da arte em Portugal. O renascimento*, volume 6, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

11.2.3. Artigos

A capela do desterro de Alcobaça: estilo, narração e simbolismo, (Luís de Moura Sobral), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.407-424.

A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média, (Manuel Luís Real), “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

A gramática da forma das igrejas cistercienses, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de

16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 309-342.

A presença de Miguel Francisco da Silva na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, (Natália Ferreira Alves), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.465-472.

Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna, (José Fernandes Pereira), “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

Intervenção arqueológica na ala norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI, (Ana Nunes), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.517-526.

Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares: aproximação à evolução arqueológica do edificado pós-medieval, (Luís Fernando de Oliveira Fontes), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.527-544.

Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações, (Lígia Inês Gambini e João Nuno Mendonça Soares), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 283-296.

Mosteiro de São Bento de Avis, (José António Mendonça dos Anjos Sousa Macedo), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 297-308.

Mosteiro de São Pedro das Águias, (Maria Margarida Oliveira e Jean Pierre Porcher), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 675-682.

Os capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aspectos estéticos, plásticos e funcionais, (Eduardo Duarte), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.359-366.

O Mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas, (Maria Alegria Fernandes Marques), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 73-88.

O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros, (Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.545-550.

O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar, (Ana Fátima Pagará), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 641-652.

Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca), (Miguel Areosa Rodrigues), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.505-516.

IMAGENS

1. Objectivo

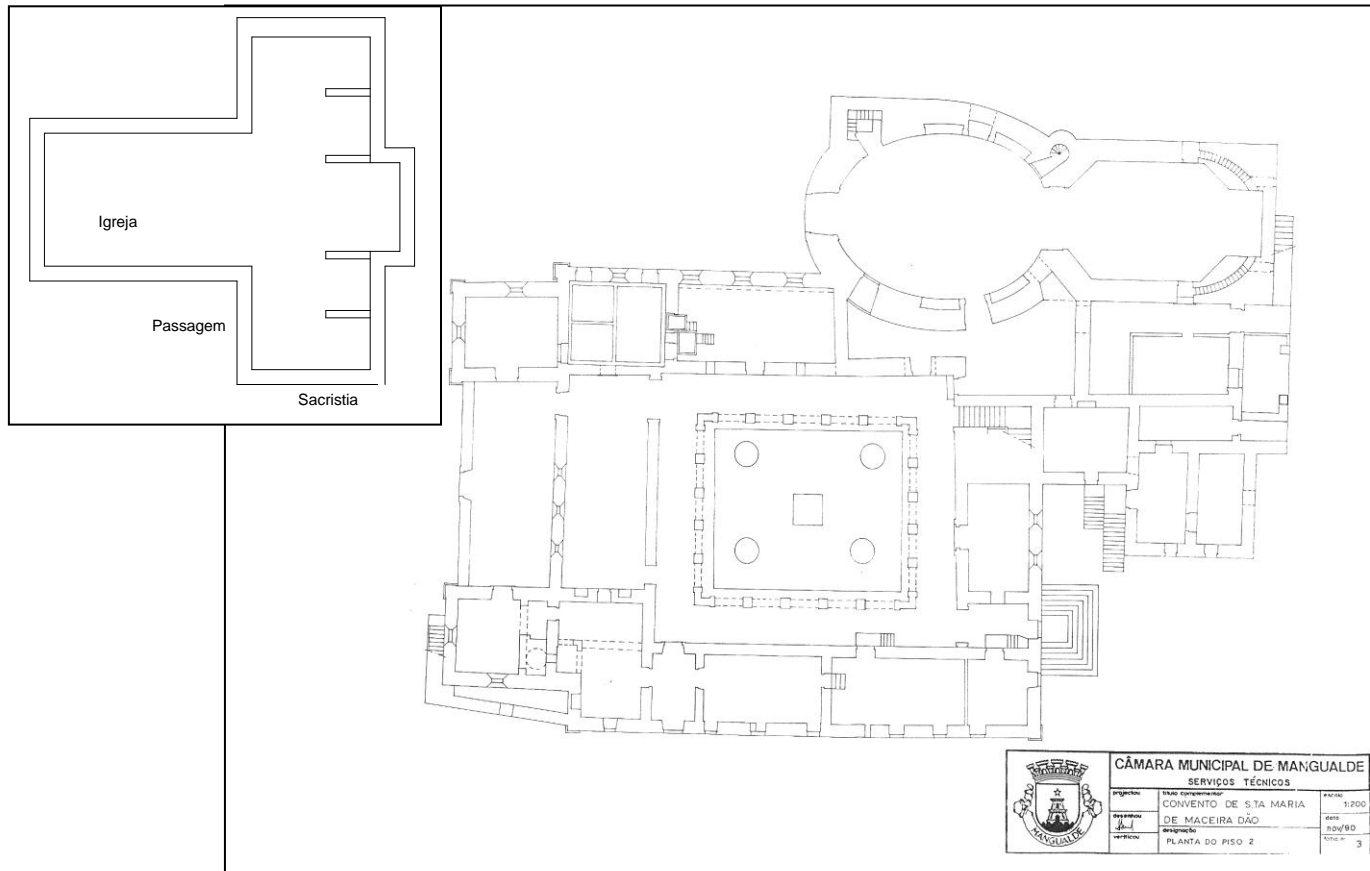


Ilustração 1: Planta do piso 1 facultada pelo Sr. Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde.

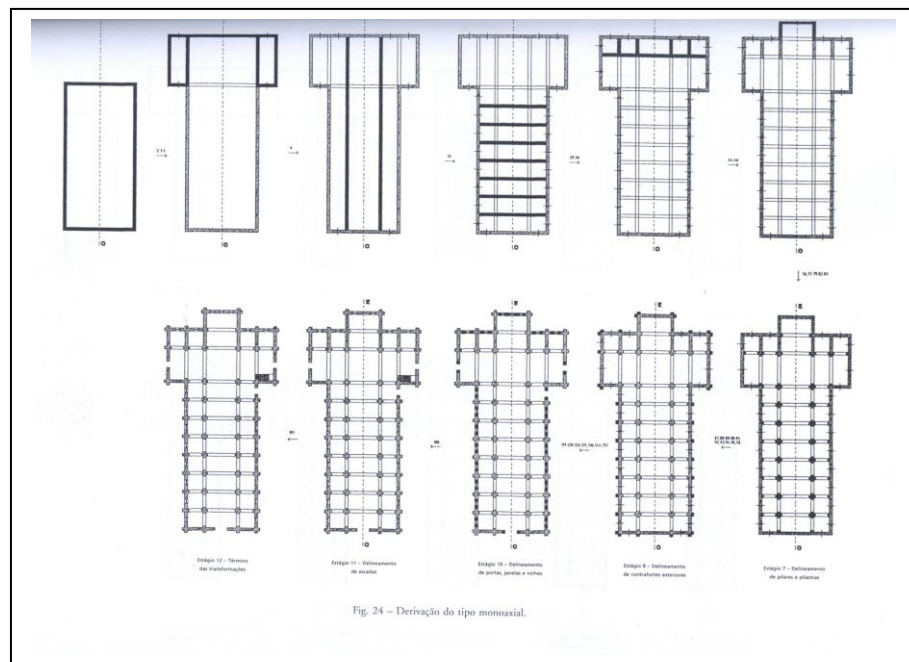


Ilustração 2: Esquema sequencial da igreja monoaxial, em *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

2. Apontamentos sobre o Renascimento em Portugal

3. Apontamentos sobre o Maneirismo em Portugal



Ilustração 3: Claustro de Maceira Dão, à esquerda, fotografia do Dr. Pedro Pina Nóbrega. Claustro de S. Pedro das Águias, à direita, em *Mosteiro de São Pedro das Águias*, (Maria Margarida Oliveira e Jean Pierre Porcher), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.675-682.

4. Apontamentos sobre o Barroco em Portugal

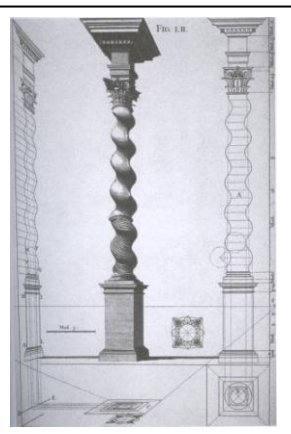


Ilustração 4: As colunas salomónicas dos tratados de Francisco da Holanda (séc.XV) e Vignola (1562) , em *Teoria da Architectura. Do renascimento aos nossos dias*, Colónia, Taschen, 2003. Comparação com a coluna entaipada do Mosteiro de Maceira Dão (fotos da autora).

5. Cister

6. Cister em Portugal

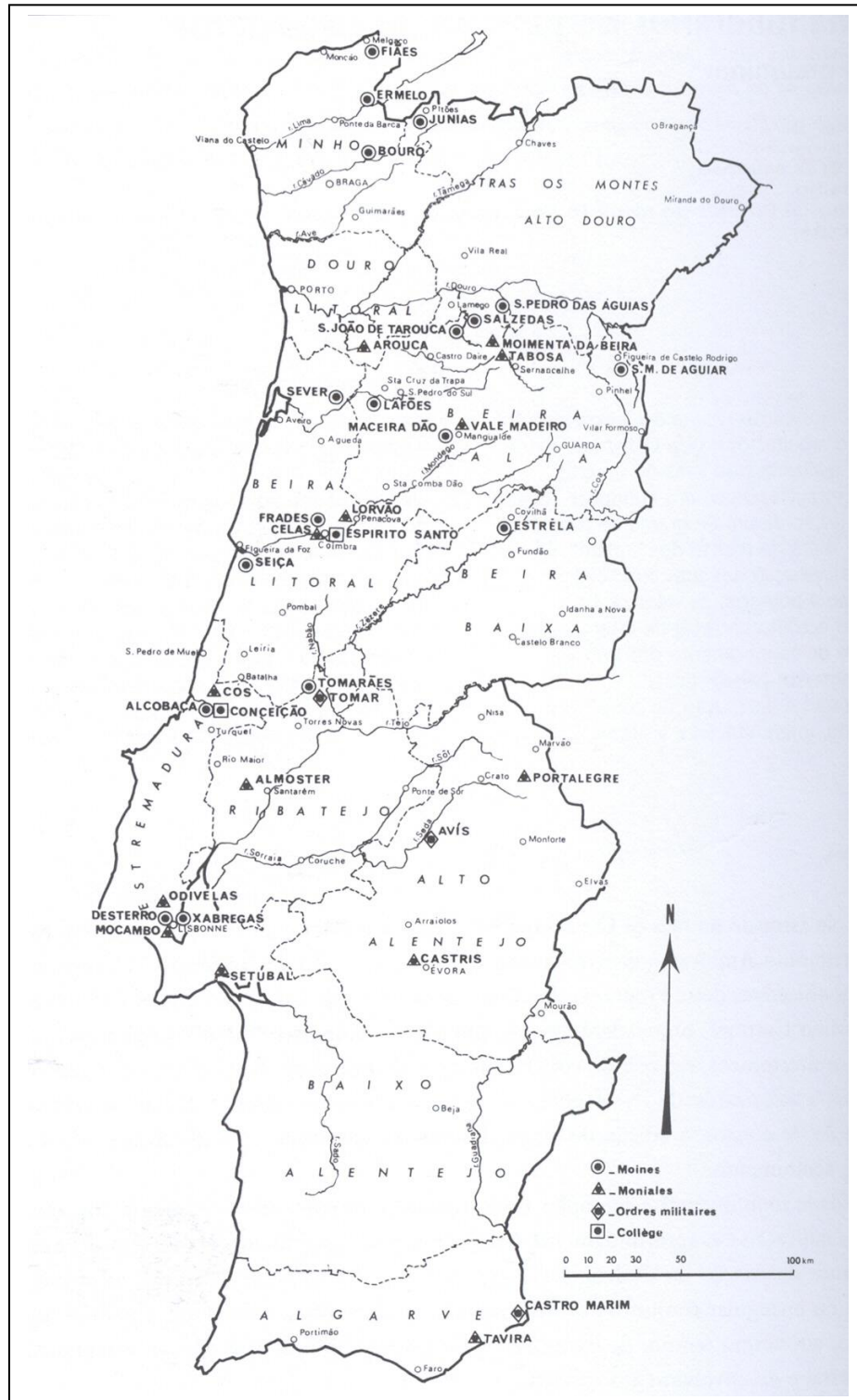


Ilustração 5: Mosteiros cistercienses, em *Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998*. Mosteiro de Alcobaça, volume I e II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

7. Os mosteiros de Cister



Ilustração 6: A importância da localização nos mosteiros cistercienses, e consequente transformação da paisagem. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 7: A pedra como elemento de construção cisterciense por excelência. Dentro das siglas das pedras, existe uma que se repete com muito mais frequência em Maceira Dão: um báculo? A fotografia do canto superior esquerdo é do Dr. Pedro Pina Nóbrega, e as restantes da autora.

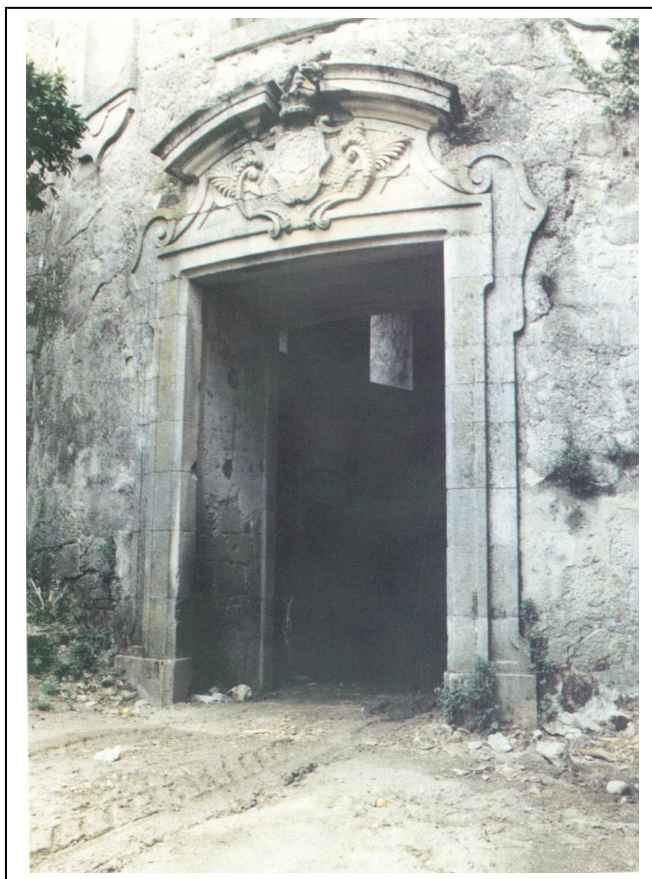


Ilustração 8: Aspectos decorativos da fachada da igreja do mosteiro: o portal. Em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 9: Aspectos decorativos da fachada da portaria do mosteiro, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

8. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Ilustração 10: Vista geral do mosteiro e da ponte, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Visu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 11: Vista geral do mosteiro, de nascente, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Visu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 12: Visualização da ala medieval do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 13: A sala principal da torre medieval. Fotos da autora.



Ilustração 14: A portaria. Foto da autora.



Ilustração 15: Altar-mor na igreja. Foto da autora.

9. Comparação do Mosteiro de Maceira Dão com o plano ideal de mosteiro cisterciense



Ilustração 16: Vista geral do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 17: Aspectos do claustro. Fotos da autora.



Ilustração 18: Pormenor do claustro. Fotos da autora.

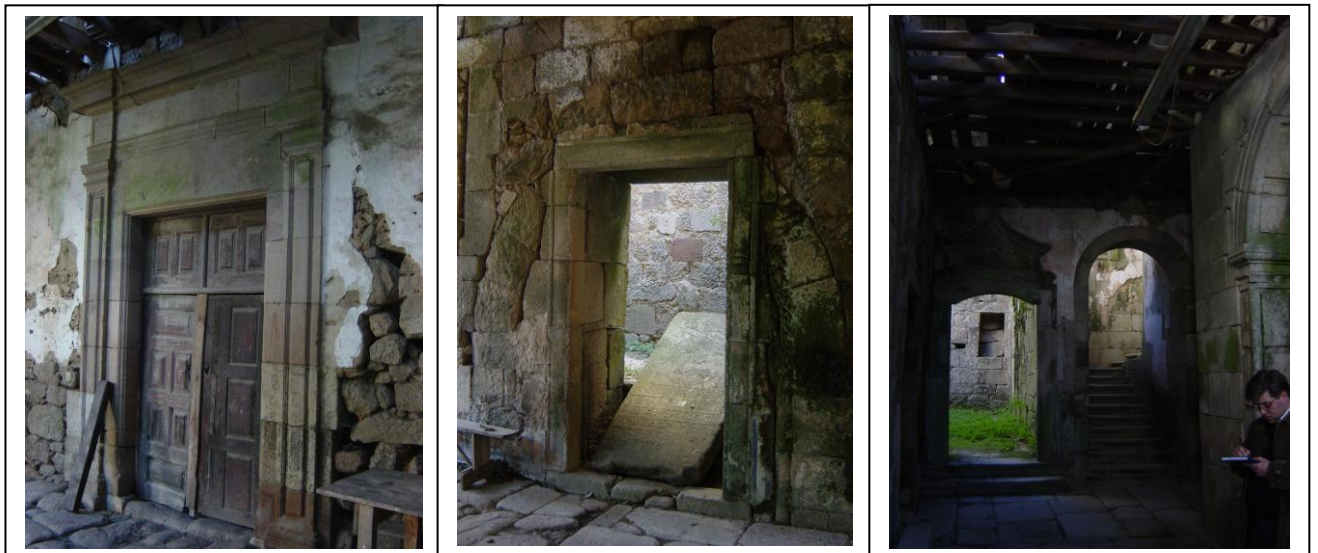


Ilustração 19: Vãos no claustro: da esquerda para a direita, a porta da sala do capítulo, a antiga ligação à igreja, a actual ligação à igreja e a escada para o dormitório no piso superior. Fotos da autora.



Ilustração 20: Interior da antiga sala capitular. Fotos da autora.



Ilustração 21: Auditório do Prior. Foto da autora.



Ilustração 22: Escadas para o dormitório no piso superior. Fotos da autora.



Ilustração 23: Interior do refeitório. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 24: Refeitório (fotos do Dr. Pedro Pina Nóbrega) e lavabo do refeitório no claustro (foto da autora).



Ilustração 25: Cozinha. Fotos da autora.

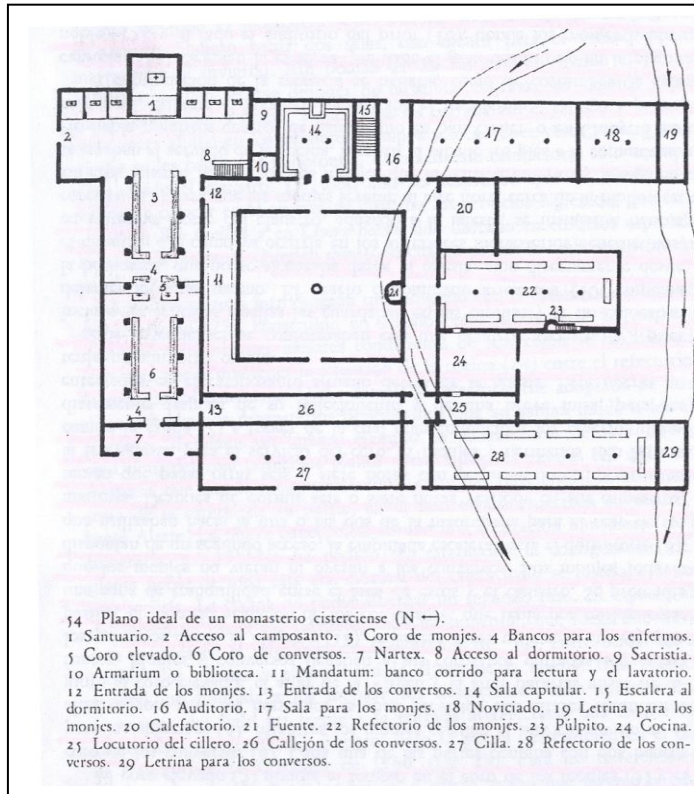


Ilustração 26: Planta ideal de um mosteiro cisterciense, em BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A. , 1974.

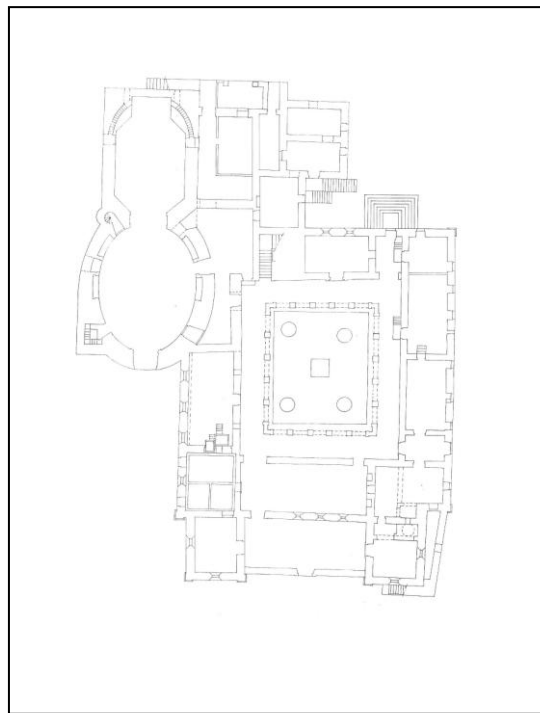


Ilustração 27: Piso 1 do mosteiro para comparação com o modelo ideal cisterciense. Estrato de peça desenhada fornecida pela Câmara Municipal de Mangualde.

10. Análise da igreja em particular

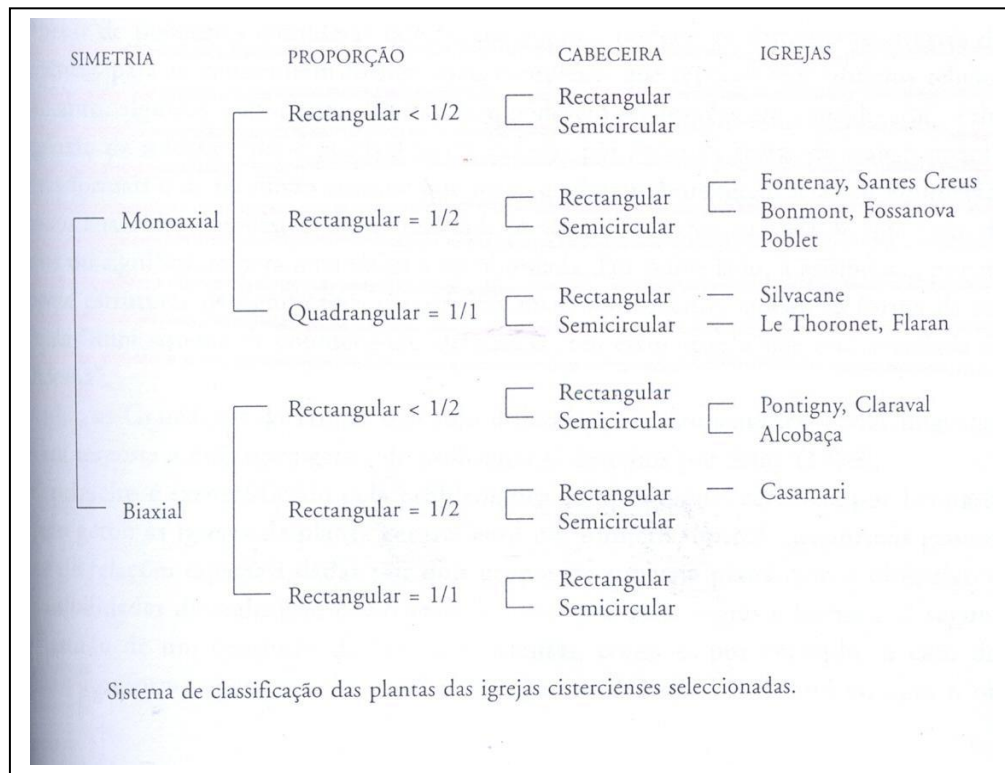


Ilustração 28: Tipos de igrejas cistercienses, em *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 309-342.

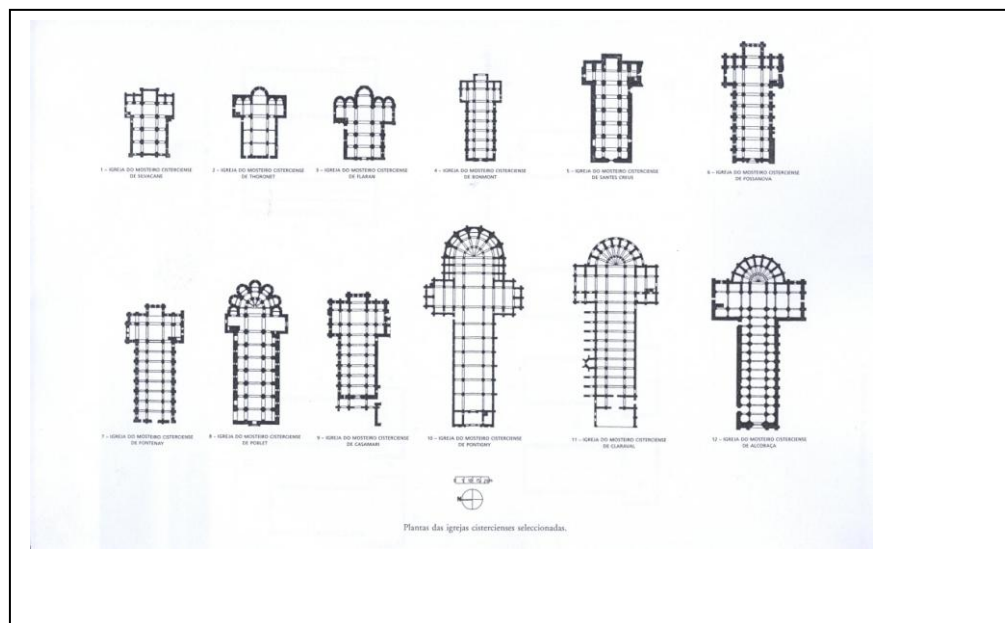


Ilustração 29: Tipos de igrejas cistercienses, em *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 309-342.

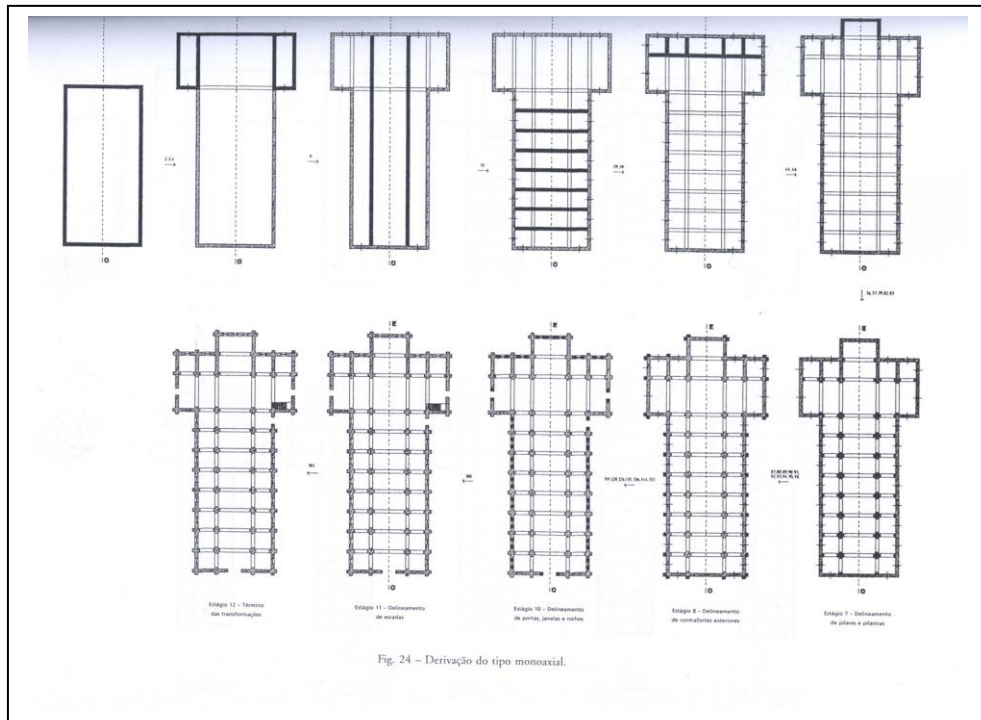


Ilustração 30: Tipo de igreja cisterciense monoaxial, em *Tipos de igrejas cistercienses*, em *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 309-342.

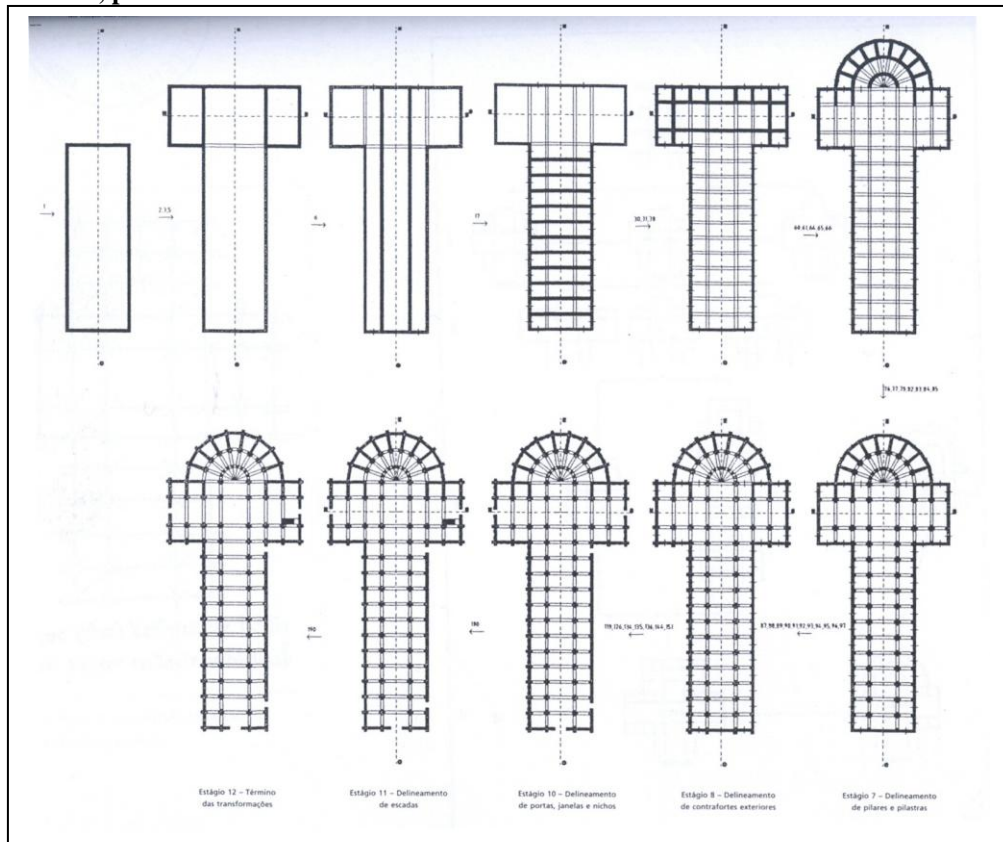


Ilustração 31: Tipo de igreja cisterciense monoaxial, em *Tipos de igrejas cistercienses*, em *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, (Mário Júlio Teixeira Kruger e Cidália Maria Ferreira da Silva), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

11. No exterior



Ilustração 32: Casa de fresco. Foto da autora.



Ilustração 33: Igreja da Senhora da Cabeça (foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega) e Capela de Santa Umbelina em *O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar*, (Ana Fátima Pagará), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Architectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p. 641-652.

PEÇAS DESENHADAS

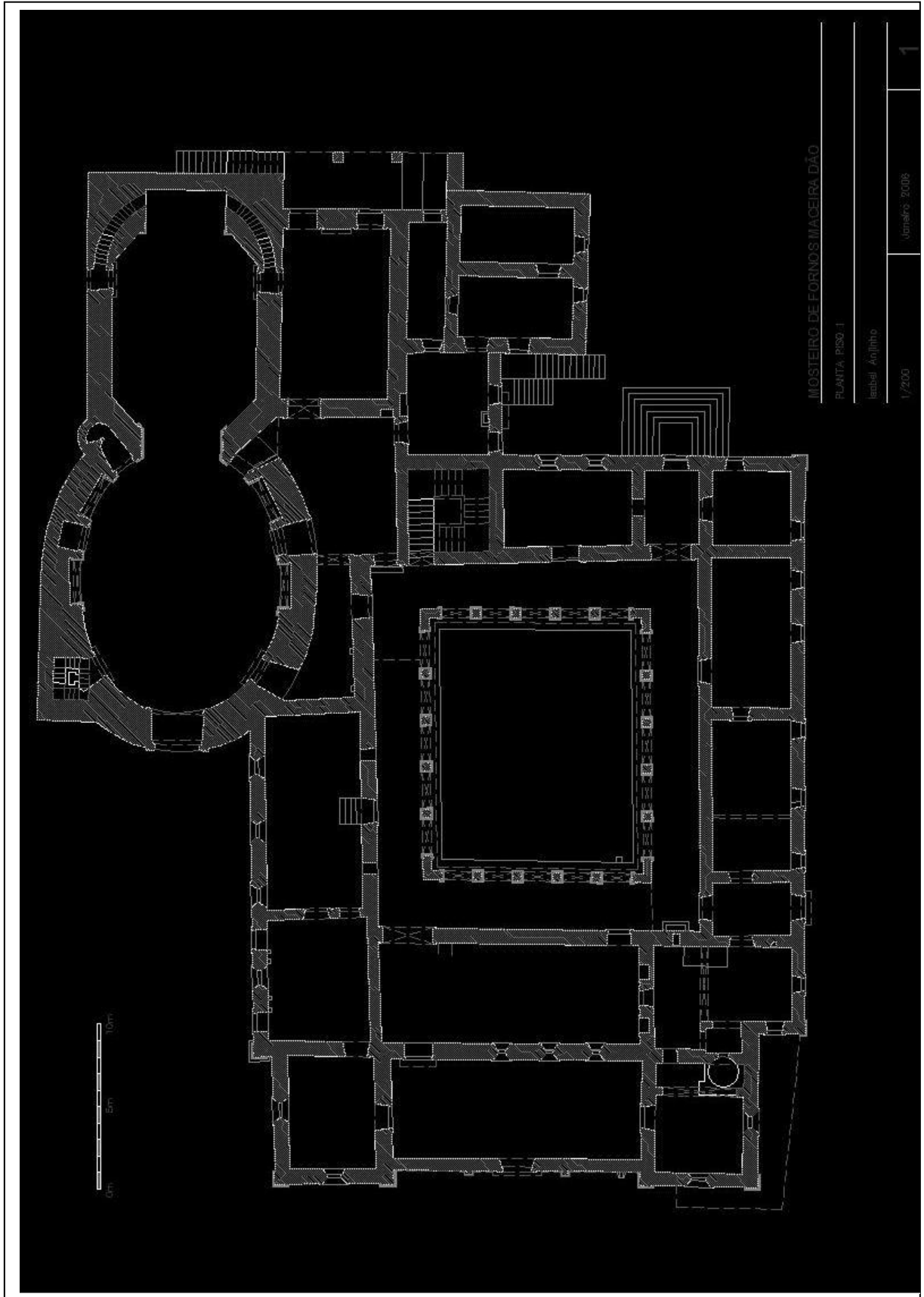


Ilustração 34: Planta do piso 1.

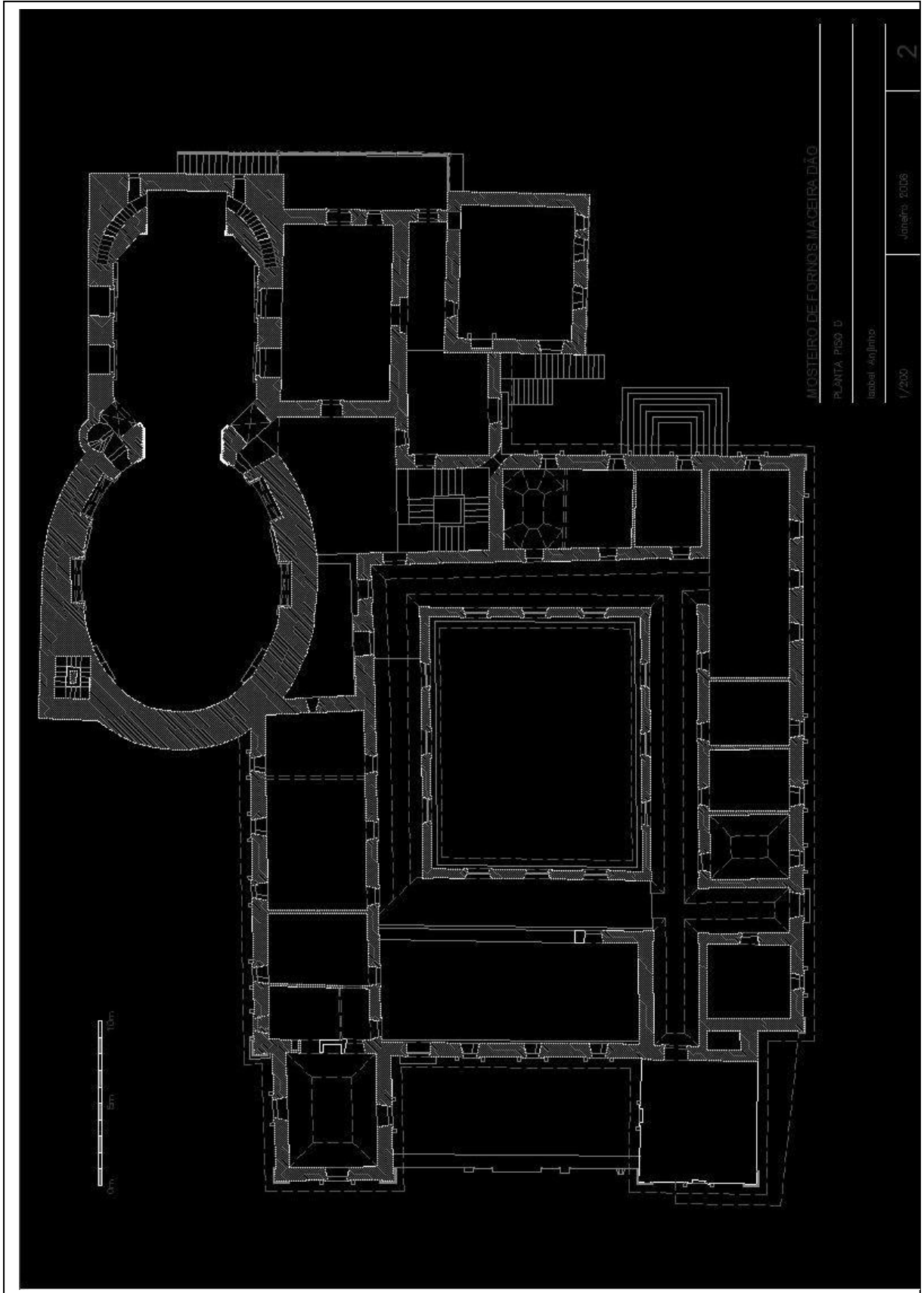


Ilustração 35: Planta do piso 0.



Ilustração 36: Alçados, principal e posterior.



Ilustração 37: Alçados laterais, direito e esquerdo.

**A PROCURA DA IGREJA
MEDIEVAL DO MOSTEIRO
CISTERCIENSE DE SANTA
MARIA DE MACEIRA DÃO
ATRAVÉS DA ANÁLISE
DAS PEÇAS DESENHADAS**

Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

Mestrado em História da Arte

Seminário: “Arquitectura e Renascimento(s)”

Docente: Prof. Doutora Lurdes Craveiro

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2006

HIPÓTESE 1
IGREJA RECTANGULAR MONOAXIAL?

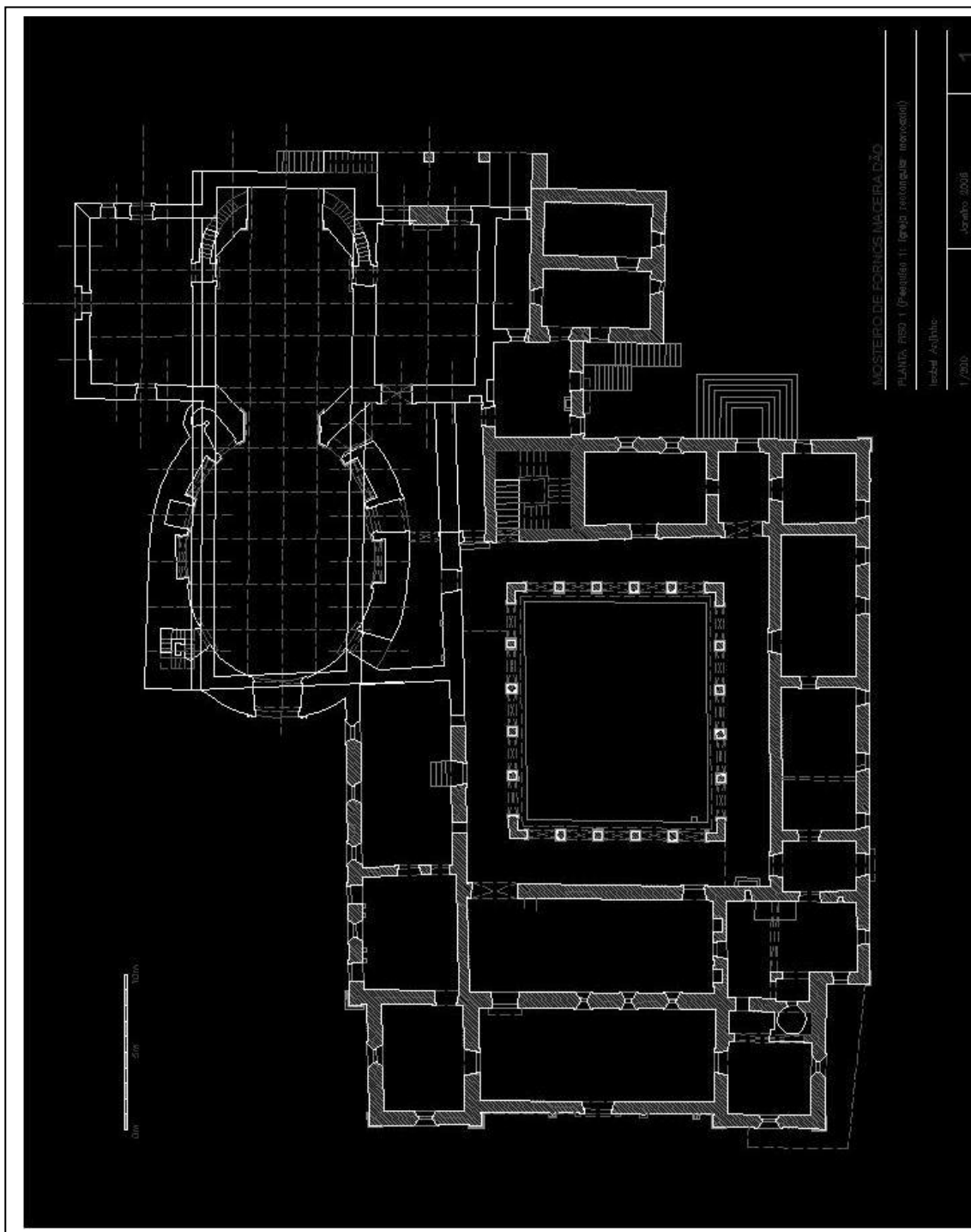


Ilustração 1: Planta do piso 1 (pesquisa 1 – igreja rectangular monoaxial).

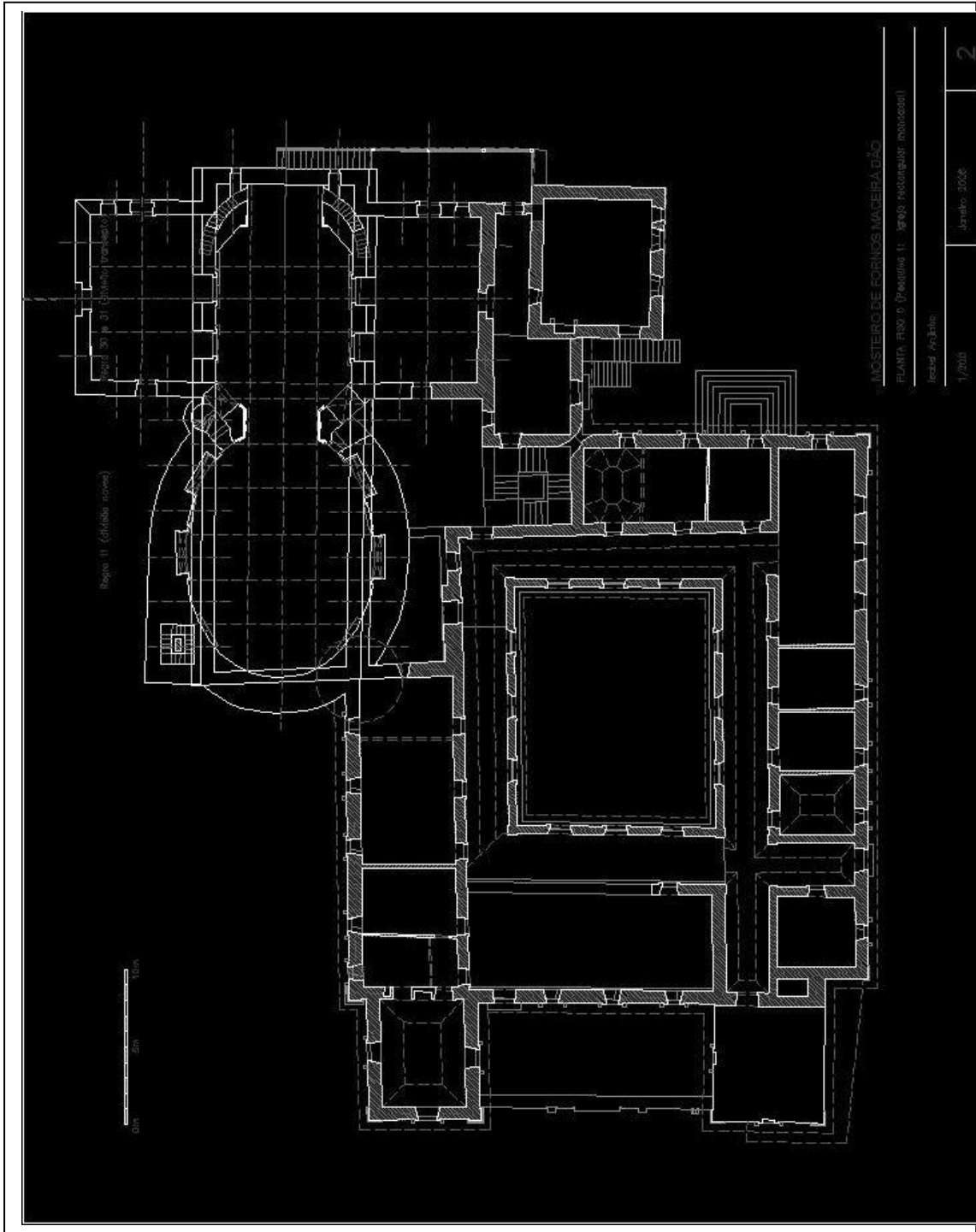


Ilustração 2: Planta do piso 0 (pesquisa 1 – igreja rectangular monoaxial).

HIPÓTESE 2
IGREJA QUADRANGULAR MONOAXIAL?

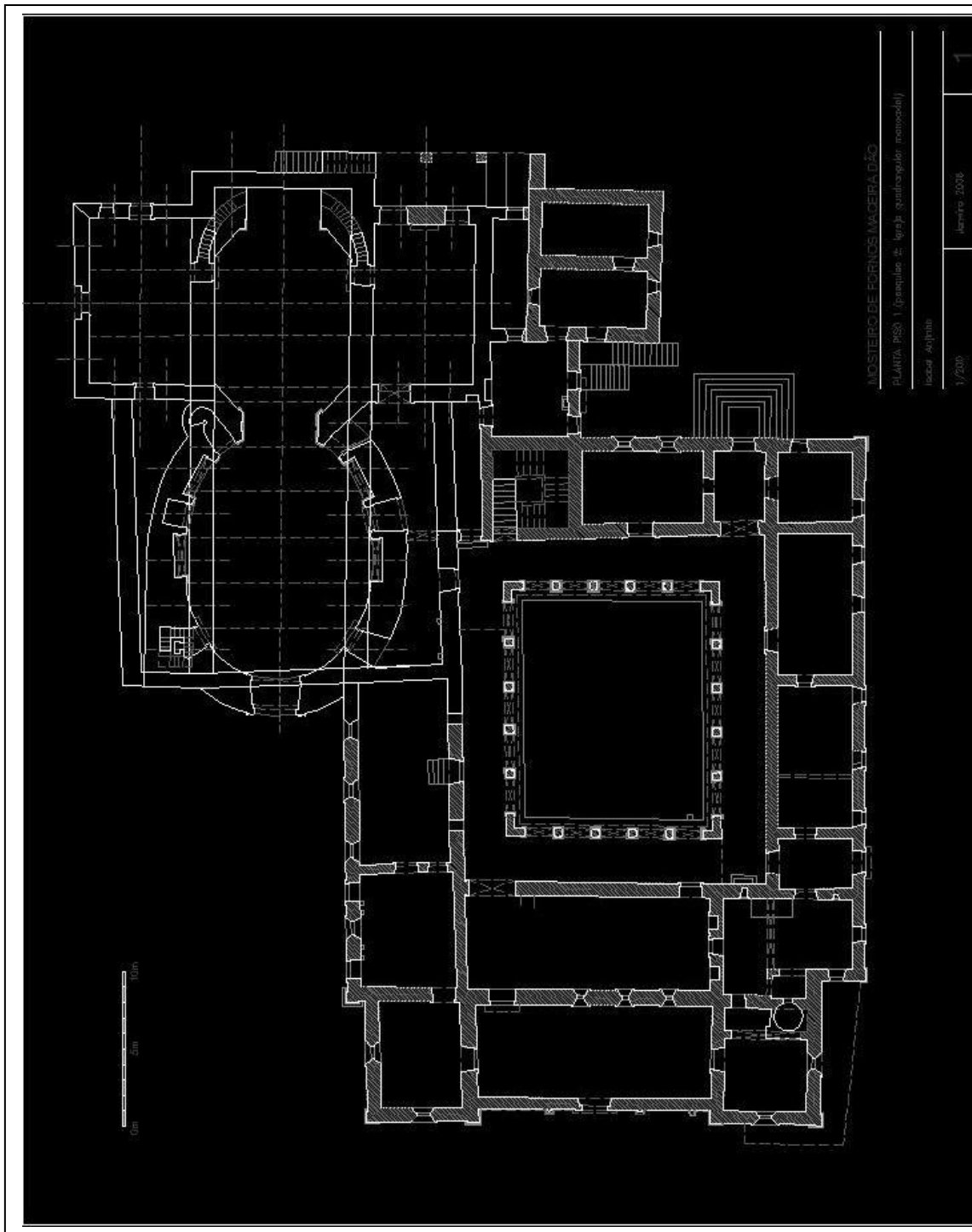


Ilustração 3: Planta do piso 1 (pesquisa 2 – igreja quadrangular monoaxial).

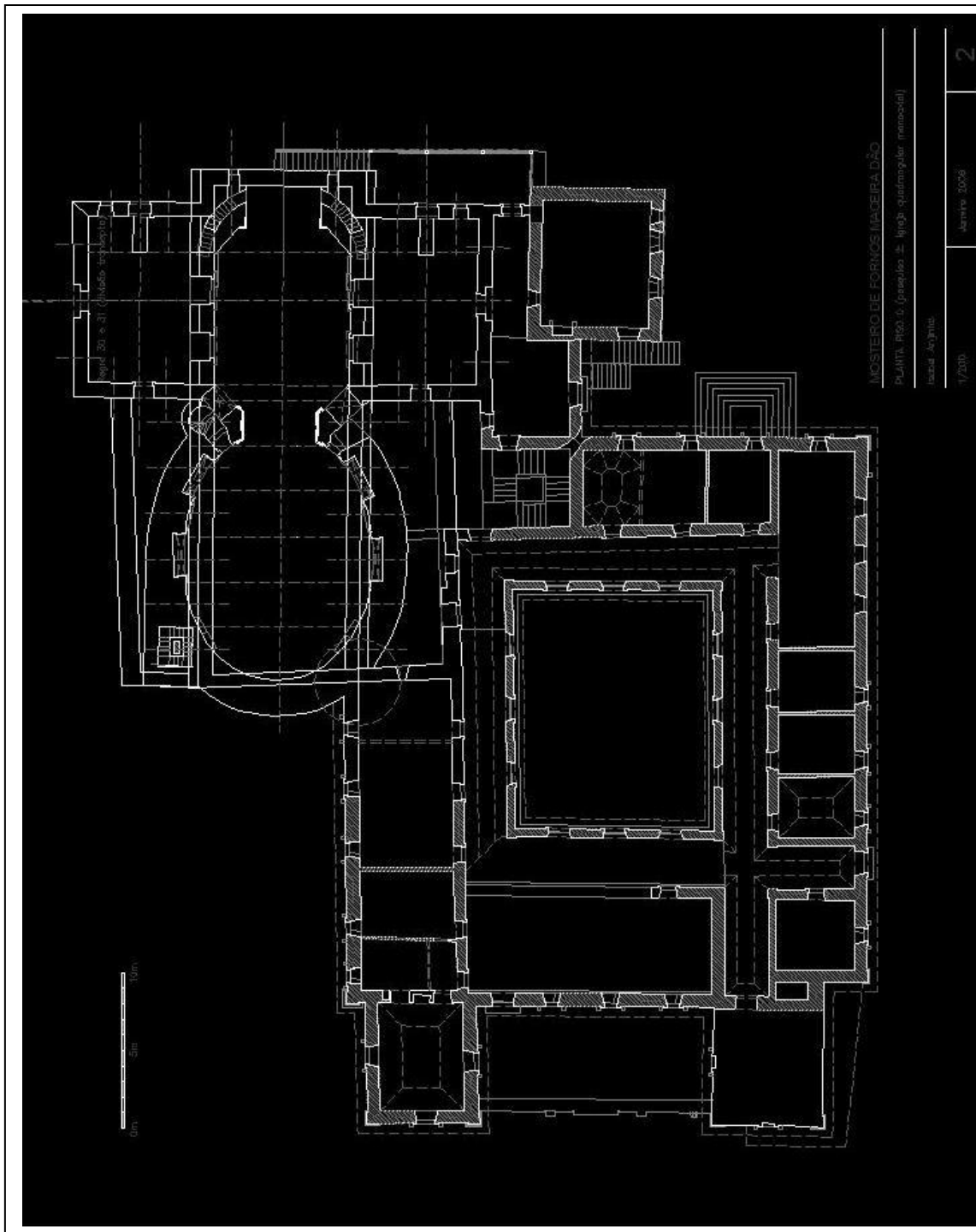


Ilustração 4: Planta do piso 0 (pesquisa 2 – igreja quadrangular monoaxial).

**O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE
MACEIRA DÃO
NO INÍCIO DO SÉCULO XVII**

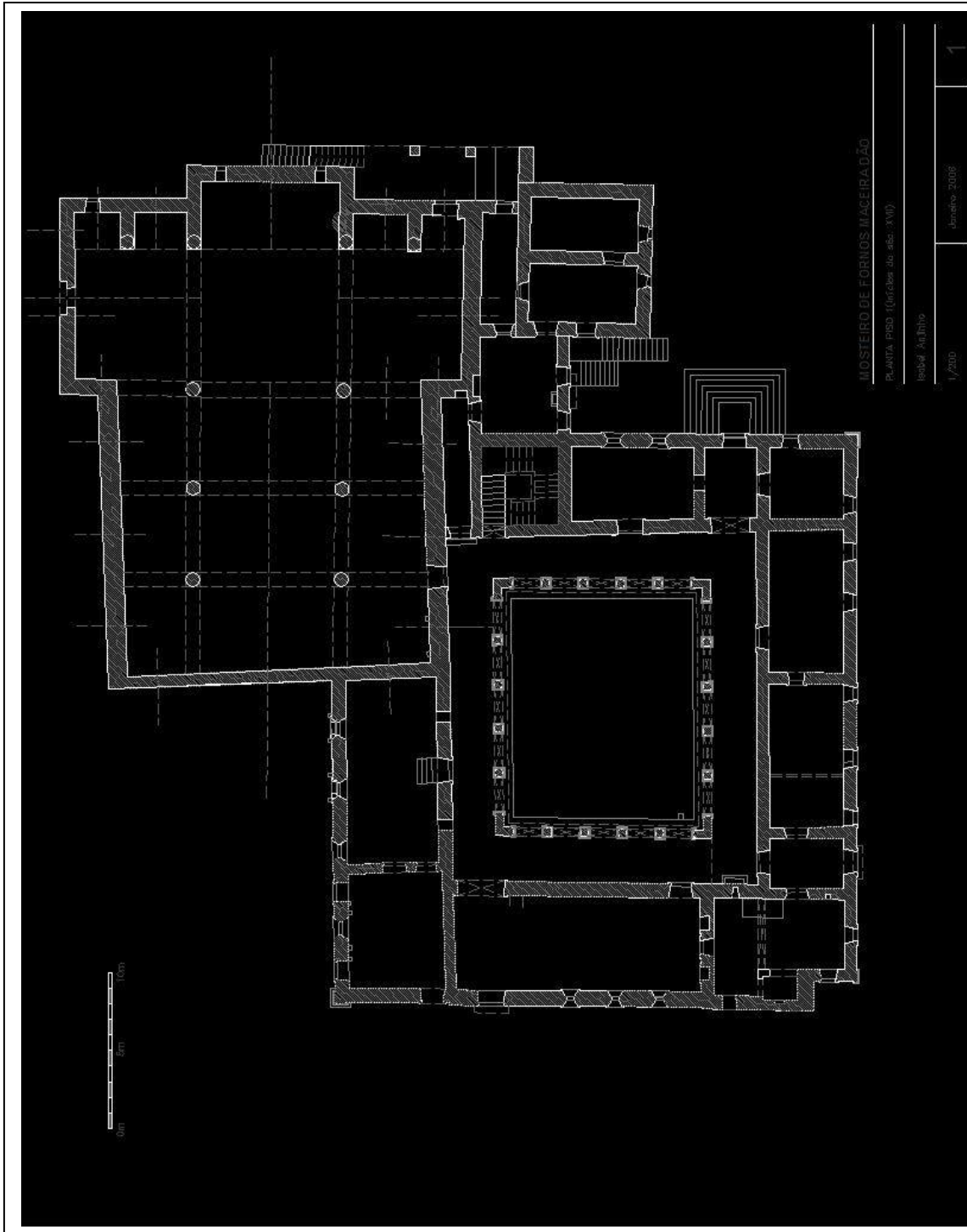


Ilustração 5: Planta do piso 1 (no início do século XVII).

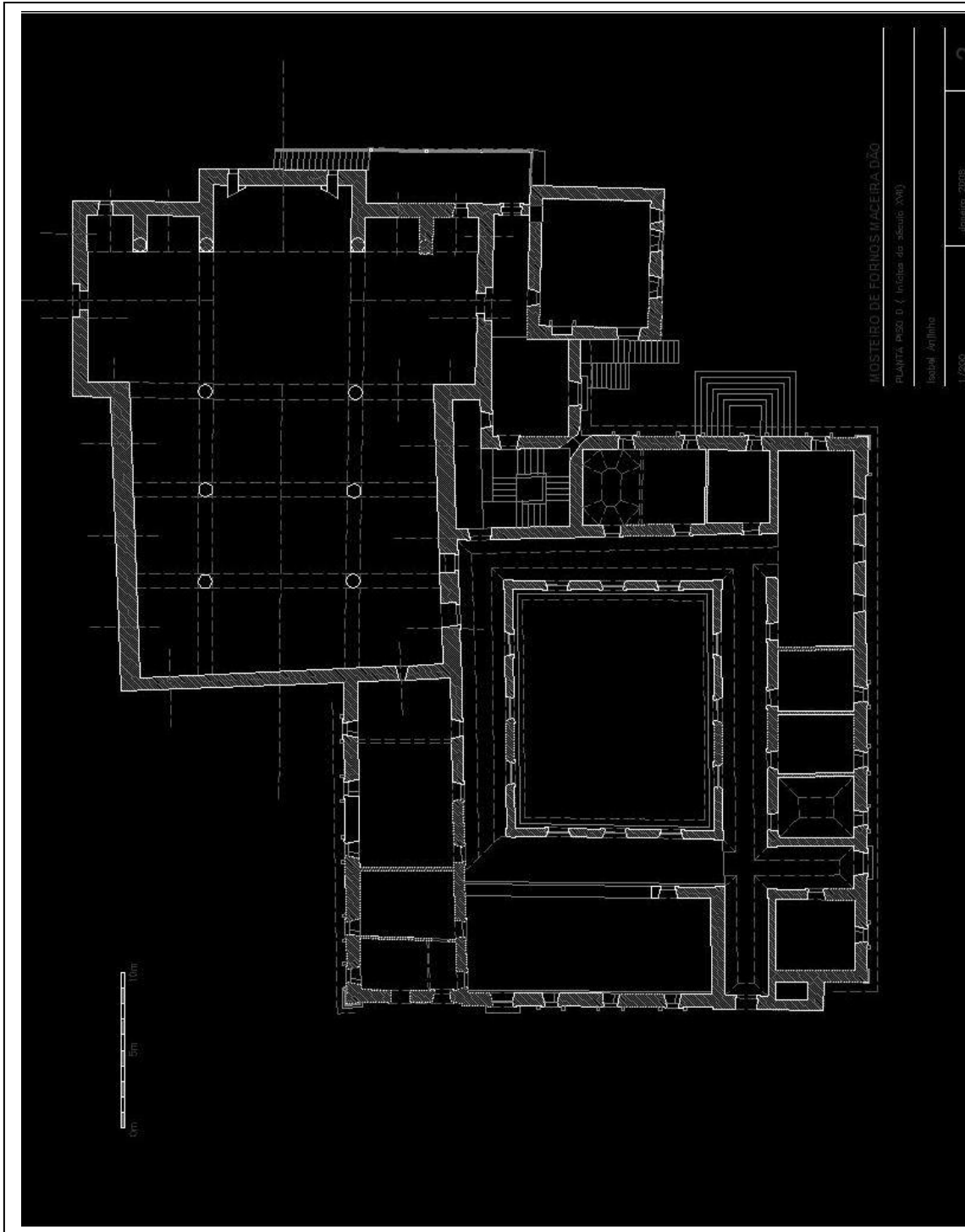


Ilustração 6: Planta do piso 0 (no início do século XVII).

**O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE
MACEIRA DÃO EM
MEADOS DO SÉCULO XVII**

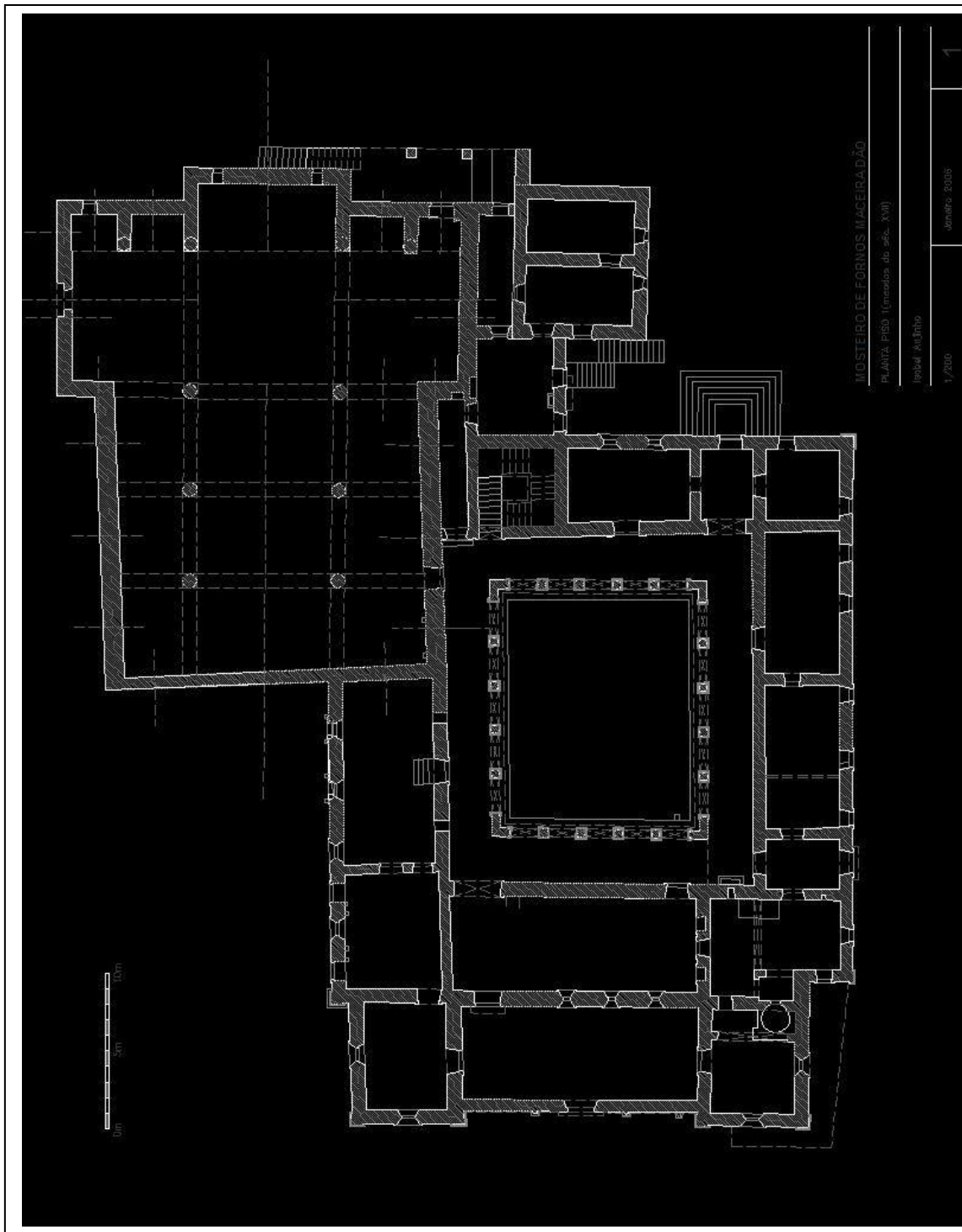


Ilustração 7: Planta do piso 1 (em meados do séc. XVII).

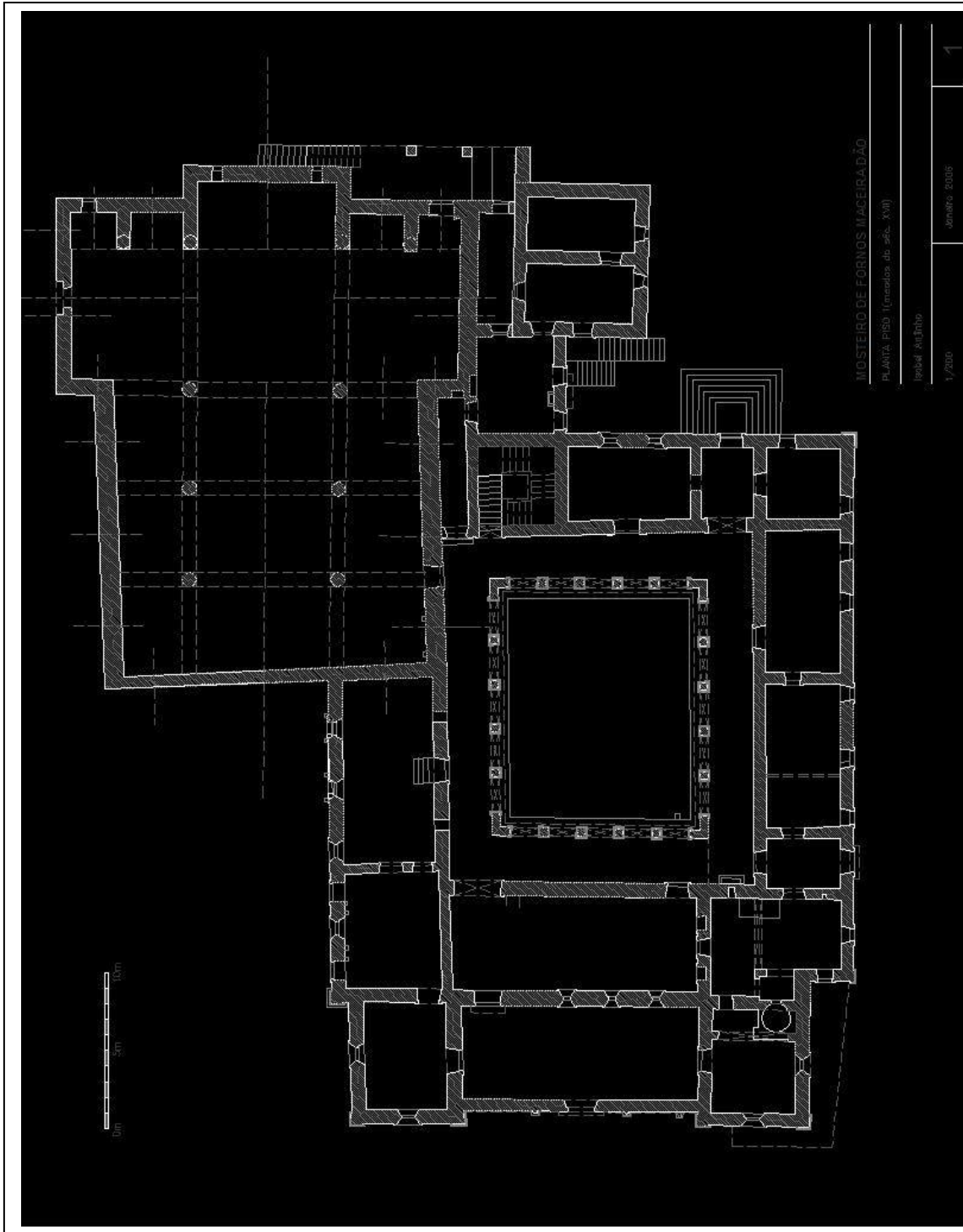


Ilustração 8: Planta do piso 0 (em meados do século XVII).